

Romain, ministro de França, e pelo padre Verjus, que, como observa o visconde de Santarem, era seu secretario e seu confidente. «Sem embargo d'isto, pondera o illustre escriptor, as desavenças tomaram depois maior calor, e com ellas se augmentou a influencia da rainha, e com esta a preponderancia da França em os nossos negocios. El-rei viu-se até obrigado a receber em audiencia Verjus, na qualidade de enviado da casa de Vendôme, e desde então foi este agente ainda mais do que pelo passado, o principal instrumento da politica e manejos diplomaticos de Saint Romain, de quem este habil diplomata se servia juncto da rainha, e por quem sabia as particularidades mais importantes dos negocios, não cessando o mesmo Verjus de communicar em uma aturada correspondencia com Luiz XIV, e com M. de Lionne tudo quanto se passava em

a nossa côrte.» Em 2 de agosto de 1667, remetteu Saint Romain á sua côrte mais outras memorias ácerca da rainha, que o visconde de Santarem encontrou nos *Archivos* a que já alludimos, com o titulo: *Suite des Mémoires sur la Reine de Portugal*.

Depois da declaração publica, feita pela rainha, do seu estado de gravidez, e da phrase esperançosa, que lhe ouviram pessoas da côrte, como relatam Saint Romain e Verjus, seus partidarios, a fim de consolar Affonso VI, quando se extinguiu a persuasão em que viviam — é de um cynismo revoltante a carta que mandou a seu marido, e que para esse fim levava já escripta, logo que entrou no convento da Esperança. Tinha este trecho: «Pois que vossa magestade sabe muito bem, que não estou casada com elle».

Na manhã do dia seguinte, mandou a rai-

nha pedir ao infante que lhe fosse falar á igreja da Esperança. « A rainha, diz fr. Claudio da Conceição, fez com os conselheiros de Estado, e com os Titulos, a mesma diligencia que havia feito com o infante, declarando a todos, que a sua pretensão era justificar em juizo, que o matrimonio estava nullo pela impotencia de el-rei ». E informada a princeza, de que ao Cabido da Sé de Lisboa tocava ser juiz da causa do divorcio, lhe escreveu uma carta, que tem a data de 22 de novembro de 1667.

N'essa carta diz isto: « Apartei-me da companhia de sua magestade, que Deus guarde, *por não haver tido effeito o matrimonio em que nos concertámos, e por não poder soffrer mais tempo os escrúpulos da minha consciencia, que me fez dissimular até agora o amor que tenho e merecem estes reinos* ».

Provavelmente foram estes escrúpulos de

consciencia que a obrigaram a declarar publicamente a sua gravidez, e a dizer ao infeliz Affonso VI: «*que se não fôra d'aquella vez seria d'outra*». Talvez que umas ligas bordadas de oiro, que o guarda roupa do infante, Jeronymo de Sá encontrou, debaixo da cabeceira da cama de D. Pedro, socegassem os escrúpulos da piedosa rainha.

«A *Anti-Catastrophe*, de historiador incognito, escreve o sr. Camillo Castello Branco, tem relanços que inspiram crença; mas lá vem outros que a desluzem. O processo do divorcio de Affonso, requerido por sua mulher, esse sim, esclarece abysmos; é facto que nos conduz aos latibulos da côrte d'aquella rainha incestuosa; por feitio que o processo diz mais para a historia das torpezas da esposa que das enfermidades do marido. É ella, a amante adultera do trigueiro cunhado, que entra nos tribunaes,

empunhando attestados medicos e depoimentos de meretrizes, pelos quaes se demonstra, que Affonso era menos viril que o necessario a uma dama que sahira da côrte de Luiz XIV.

N'umas memorias apocryphas, como é de presumir, de M^{me} de Montespan, a amante d'este rei de França, narram-se anedoctas assaz curiosas, ácerca da mulher de D. Affonso VI, e de D. Pedro II.

A connivencia de Luiz XIV em todos estes acontecimentos é manifesta. Na vespera da rainha se ir encerrar no mosteiro da Esperança, entravam pela barra de Lisboa dezeseis navios de guerra, mandados pelo rei de França. Deram fundo em frente do palacio do infante, e o official de marinha, que os commandava, teve largas praticas com o embaixador francez, e com o principe.

O sr. Camillo Castello Branco publicou

uma biographia de D. Affonso VI, cujo auctor é D. Nuno Alvares Pereira, muito dilecto de D. Pedro II, e procurador da rainha Maria Francisca de Saboya, como observa o mesmo eminente escriptor. Ahi se diz: «Achava-se no rio de Lisboa uma armada franceza com muita gente nobre, chamada guarda marinha. Pareceu ao abbade de S. Romão, enviado de el-rei de França, que devia assistir á rainha, e mandou pôr em terra um bom regimento de infantaria, que esteve detraz das casas do duque d'Aveiro, até amanhecer. Deu pela manhã parte o enviado á rainha, e ella lhe deu as graças.»

Seguros com a protecção, e o auxilio immediato da coroa de França, poderam o infante, e a rainha praticar a maior aleivosia que nos narra a historia de Portugal.

É para lamentar que D. Maria Francisca de Saboya não podesse satisfazer o seu de-

sejo de trazer a Portugal M^{me} Scarron, que antes de partir, procurou ser apresentada a M^{me} de Montespan, já n'esse tempo a favorita de Luiz XIV.

A futura M^{me} de Maintenon, a futura esposa do grande monarcha, escrevia a um dos seus intimos: «Já não vou a Portugal, é questão decidida. Um d'estes dias, M^{me} de Thianges apresentou-me a sua irman, e disse-lhe, que eu ia partir brevemente para Lisboa. Para Lisboa! disse ella, mas isso é muito longe; deve ficar aqui.» Se tivesse vindo, teria evitado á França uma grande perda na sua riqueza e nas suas industrias, e ao rei, um dos actos mais odiosos do seu reinado: a revogação do edicto de Nantes, e a perseguição dos huguenottes. M^{me} de Maintenon foi uma das mais severas punições do orgulho, e da vaidade do despota da França.



Todos estes factos que acabamos de narrar, representados dentro dos paços reaes, e em que o clero, e a nobreza tomaram uma parte tão directa e importante, denunciam uma depravação tão profunda, e uma perversão tão inconsciente das noções mais rudimentares da honra e do pundonor, que não podiam deixar de ter, como tiveram, uma acção dissolvente sobre um povo ignorante e fanatisado, pelos padres e pelos frades, occupados meramente de um culto todo material, e de praticas supersticiosas, estultas e banaes.

Em Portugal, o catholicismo para uma grande parte dos fieis não foi, nem é outra

coisa. É o fetichismo africano, repleto de escrupulos ignaros, de promessas estupidas, e de milagres absurdos, sem alcance moral, e sem as aspirações grandiosas, nem os bellissimos idéaes da salutar e formosissima doutrina de Christo. Residuos da ignorancia do clero e do povo, fezes dos terrores da Inquisição, e das confissões dissolventes, e das praticas enervantes dos padres da Companhia.

Em todo este drama estava a rainha auxiliada energicamente pelo representante de Luiz XIV, pelo padre Verjus, seu secretario, e que representava os principes da casa de Vendôme em Portugal, pelo padre de Villes, seu confessor, e apoiava-se com toda a confiança no marechal de Schomberg, que commandava as tropas francezas. O infante tinha a seu lado uma parte da nobreza, e entre esta o duque de Cadaval, o marquez de

Cascaes, o marquez de Marialva, o conde de Villa Flôr, o conde da Torre, feito depois marquez de Fronteira, o conde de S. João e D. Rodrigo de Menezes.

Logrados os intentos do infante, que se iniciaram com o desterro do conde de Castello Melhor, homem de Estado de raras qualidades, e que continuaram com a abdição de D. Affonso VI, e a sua prisão, seguiu-se o ultimo acto de toda esta aleivosia: o casamento do infante com a mulher de seu irmão, e morto este, com a sua coroação.

Todos estas torpezas dissolveram os laços de respeito que prendiam os vassallos ao throno, e a anarchia continnou mais intensa sem que o poder real alcançasse destruil-a. O principal facto, que se deprehende do exame de todos os documentos, que teem relação com este assumpto, é o da grande influencia e preponderancia, como observa o

visconde de Santarem, que a França ganhou em Portugal em todos os negocios, sendo o principal instrumento da mesma influencia a rainha. D'este predominio nasceram innumerables vexames e graves humilhações. E tal era a sobranceria dos enviados de Luiz XIV, que veio a parar nos desatinos praticados pelo marquez d'Oppède, embaixador de França em Portugal — desatinos que deram logar ás queixas feitas ao monarcha francez, por Salvador Taborda, enviado de Portugal, que diz, nos seus officios, ficava assombrado com a relação das extravagancias commettidas pelo ministro de França, quando dava conta das instancias de que fôra encarregado junto d'aquelle governo. A propria rainha teve de se dirigir a Luiz XIV escrevendo-lhe uma longa carta onde dizia: «Quoyque l'envoyé du prince, mon seigneur, doive rendre compte à votre majesté de la

conduite de son ambassadeur et du désordre qu'il a causé dans cette cour en y troublant entièrement l'ordre... Je conjure donc votre majesté de considérer que la conduite irrégulière de M. d'Oppède donnera tous les jours des dégousts, comme il a fait depuis qu'il est en cette cour, à une princesse qui luy est toute dévouée...»

Não é para admirar a intervenção da princesa em todas as questões de governo, porque em officio de 6 de junho de 1668, diz o embaixador francez, de Saint Romain, que, n'aquella epocha, despachava a rainha tres e quatro horas por dia, com o secretario de Estado, que lhe dava parte de todos os negocios. E para este fim estava D. Maria Francisca de Saboya excellentemente avisada, e aconselhada pelo seu secretario e confidente, o padre Verjus. «Encontrámos, escreve o visconde de Santarem, uma longa

e bem redigida memoria d'elle, dirigida á rainha, na qual elle lhe indicava os meios de se apoderar da direcção dos negocios, depois que esta princeza se desposou com o infante regente».

A anarchia que lavrava entre a nobreza não era menor. Os desrespeitos para com a coroa, e as ousadias e desprezos pela lei, repetiam-se, sem que houvesse força nem prestigio em D. Pedro II, para os reprimir. Uma senhora, casada com um titular dos mais validos e intimos do monarcha, julgando-se offendida, por que a ama da infanta fizera, para outra dama illustre, um toucado igual ao seu, sem attender ao que lhe havia promettido — foi ao paço, penetrou no camarim da infanta, e ahi mesmo esbofeteou a ama, e por fórma tão aspera e ruidosa, que acudiu o rei ao choro e prantos de sua filha.

Em 1694, no dia 8 de março, como nos narra na sua elegantissima prosa o sr. Camillo Castello Branco, foi assassinado á portaria de S. Roque, um magistrado de béca com as insignias de corregedor do bairro alto, o respeitavel ancião Ignacio Sanches Goes, pelo conde do Prado, que o trespassou do peito ás costas com o espadim que levava á cinta. Foi cúmplice, n'este attentado, o primo do assassino, conde de Atalaia. «A justiça de Pedro II, diz o illustre escriptor citado, não podia inspirar confiança. Citavam-se exemplos de espantosa relaxação». D. Antonio de Sousa de Menezes casara, em 1676, com uma sobrinha do secretario de Estado, Pedro Sanches Farinha. Mais tarde transferiu a Castella o grande dote que a sua noiva lhe trouxera, e, depois de dezeseis mezes de casado, em 30 de agosto de 1677, matou-a a facadas, e fugiu.

Condemnaram-o á morte, e chegaram a garrotal-o em estatua, mas, volvidos dez annos, obteve o perdão do rei, e vivia em Lisboa. Em Coimbra foi assassinado o corregedor por um collegial, José de Mello. Alcançou tambem o perdão real depois da sua fuga para Castella. O mesmo aconteceu aos condes do Prado e Atalaia, que foram perdoados em 1699. Este mesmo conde do Prado, já então marquez das Minas, foi assassinado na portaria da congregação do oratorio, no fundo do Chiado, a 17 de setembro de 1722, pelo capitão de infantaria, D. João de la Cueva e Mendoça, bisneto do castelhano que se vendera a D. João IV.

Durante o reinado de D. João V, o estado do paiz não variou. «A perversão dos instinctos, escreve o sr. Oliveira Martins, o vazio das intelligencias, a maldade imbecil e a carolice piégas e lubrica, retratavam a pri-

mor o estado caduco do corpo da nação, amortalhada n'um sudario de brocados de sacristia, fedendo a incenso e a morrão. Portugal era um scenario de opera, armado n'uma egreja. Não somos nós, com as nossas criticas, inspiradas por motivos felizmente diversos, quem o diz: confessam-o os contemporaneos. Leia-se o que escreveu o cavalheiro de Oliveira, leia-se Alexandre de Gusmão, leia-se o *Testamento Politico* de D. Luiz da Cunha, e reconhecer-se-ha a verdade do triste quadro que esboçamos».

Era effectivamente assim. Nas mais pequenas coisas, assim como nas mais transcendentales, se revela a situação moral do paiz. D. Luiz da Cunha, embaixador de Portugal na côrte de França, escreveu a Alexandre de Gusmão, secretario privado de D. João V, pedindo-lhe que o ajudasse a persuadir este monarcha e os seus minis-

tros, de que devia ser elle o arbitro da paz, desejada pelos principes belligerantes, na guerra que então assolava uma grande parte da Europa. A essa carta respondeu Alexandre de Gusmão, a 2 de fevereiro de 1747: «Ex.^{mo} Sr.— Ainda que eu já sabia, quando recebi a carta de v. ex.^a, que não havia de vencer o negocio, em que v. ex.^a se empenhou; comtudo por obedecer, e servir a v. ex.^a, falei a sua magestade e aos ministros actuaes do governo. Primeiramente o cardeal da Mota me respondeu: — Que a proposição de v. ex.^a era inadmissivel em razão de poder resultar d'ella, ficar el-rei obrigado ao cumprimento do tratado; o que não era conveniente. Emquanto falámos na materia, se entreteve o secretario de Estado, seu irmão, na mesma casa, em alporcar uns craveiros; que até isto fazem alli fóra de logar, e tempo proprio. Procurei falar a sua re-

verendissima mais de tres vezes primeiro que me ouvisse, e o achei contando a apparição de Sancho a seu amo, que traz o padre Causino na sua Côrte Santa; cuja historia ouviam com grande attenção o duque de Lafões, o marquez de Valença, Fernão Martins Freire, e outros. Respondeu-me:— Que Deus nos tinha conservado em paz, e que v. ex.^a queria metter-nos em arengas; o que era tentar a Deus. Finalmente, falei a el-rei (seja pelo amor de Deus). Estava perguntando ao prior da freguezia,— o quanto rendiam as esmolas das almas, e pelas missas que se diziam por ellas! Disse-me:— Que a proposição de v. ex.^a era muito propria das maximas francezas, com as quaes v. ex.^a se tinha connaturalisado; e que não proseguisse mais. Se v. ex.^a caísse na materialidade (de que está muito livre) de querer instituir algumas irmandades, e me man-

dasse falar n'ellas, haviamos de conseguir o empenho, e ainda merecer-lhe alguns premios».

Alexandre de Gusmão conhecia D. João V. Nós que descemos até á triste e constante parodia do estrangeiro, tambem tinhamos o nosso Luiz XIV—mas era assim.

«O voluptuoso monarcha, pondera o sr. Oliveira Martins, era verdadeiramente rei, porque o seu povo,—a nobreza, o clero, a burguezia rica—ardia nas mesmas paixões». As cartas de Alexandre de Gusmão revelam-nos o fanatismo, a ignorancia e a devassidão de todas as classes abastadas. As observações maliciosas, e as phrases zombeteiras do secretario de D. João V, desvendam-nos a depressão moral que vae actuando sobre o paiz. Entramos com elle no viver intimo de Portugal, no seculo XVIII. Lêmos as doutrinas absurdamente ultra-

montanas do primeiro patriarcha de Lisboa, vêmos a corrupção e prepotencia dos mais altos funcionarios, presenceamos os cuidados pueris e o zelo idiota dos validos, e de todos aquelles, que cercavam o monarcha, e assistimos ao procedimento ardiloso dos jesuitas, á nefasta influencia das ordens religiosas, e á debilidade cerebral de todas as classes.

Vejamos mais outra carta escripta a D. Luiz da Cunha pelo secretario do rei, a 11 de fevereiro de 1748: «Ex.^{mo} Sr.—Nem a proposição do marquez de Alorna, nem a de v. ex.^a mereceram a menor acceitação aos nossos ministros de Estado. A primeira foi tratada na presença de el-rei com o cardeal, o prior de S. Nicolao, monsenhor Moreira, e dois jesuitas, a quem já se tinha communicado. Antes que nenhum d'elles falasse, a resolveu el-rei com maior facilidade do que

uma jornada das Caldás; porém, não obstante aquella resolução, sempre votaram — que era dictada pelo espirito da soberba e da ambição — com que foi bem salgada. A segunda mereceu a convocação de uma Junta, mas foi para maior castigo. Ahi se acharam os tres cardeaes, os dois secretarios, sua rev.^{ma}, e eu; e muita gente não sei como. Desencadernaram-se as negociações, e se baralharam com a superstição, e a ignorancia; fechando-se a decisão com o ridiculo adagio: — *guerra com todo o mundo, e paz com Inglaterra* — cuja santa alliança nos era muito conveniente. E finalmente — que v. ex.^a não era muito certo na religião, pois se mostrava muito francez. Acabado isto, se falou no soccorro da India, que consta de duas naus, e tres navios de transporte. O Mota disse a el-rei: Esta esquadra ha-de atemorizar a India. — E sua rev.^{ma} disse:

Ha-de fazer bulha na Europa. O reitor de Santo Antão: Tomára já ler os progressos, escriptos pelos nossos padres. É o que se passou na Junta. E excusa v. ex.^a de molestar-se em propôr negociações á nossa côrte, porque perderá o tempo, que empregar n'ellas. Como v. ex.^a me pede novidades, ahi vão finalmente. Devemos ao eminentissimo senhor Cunha o alliviar-nos de raios, tempestades, trovões, etc., que desterrou das Folhinhas do anno, com pena de lhes negar as licenças. Devemos a sua rev.^{ma} o haver proposto a el-rei:—que conseguisse do papa o livrar-nos de espiritos malignos e de feitiços, que causavam n'este reino tanto dano; e não ouvia que os sentissem outras nações. Os padres tristes deram conta a el-rei da confissão prodigiosa de uma feiticeira, que cahiu em seu poder. E creiu que será este negocio o maior de Estado d'este

governo. Antonio de Saldanha (o Mar e Guerra) descompoz ao cardeal da Mota; e na pessoa d'este a nosso amo. O desembargador Francisco Galvão da Fonseca, disse a Pedro da Mota, que os diabos o levassem. O conde de Villa Nova disse aos creados de um, e outro ministro em presença de muita gente: que fossem ambos beber... O Encerrabodes não sabendo a quem havia pedir a sua carta credencial, pelo jogo de empurra, em que se viu, disse: que o nosso governo era hermaphrodito. Isto não são contos arabicos, mas factos certos, acontecidos dentro da Europa culta.»

Escrevendo ao desembargador, Antonio Freire de Andrade Encerrabodes, enviado de Portugal na côrte de Inglaterra, dizia-lhe Alexandre de Gusmão: «Não se esqueça v. s.^a dos amigos, que deixou luctando com as ondas da superstição e da ignorancia, e

agradeça aos seus inimigos o mimo de que actualmente goza. Eu tambem havia de descompôr os meus, se tivesse a certeza de lhes merecer semelhante desterro.»

Este homem, *cujas proposições eram muito proprias das maximas francezas*, consoante a phrase de D. João V, era D. Luiz da Cunha, desembargador do paço, enviado extraordinario ás côrtes de Londres, Madrid e Paris, e ministro plenipotenciario de Portugal no congresso de Utrecht. Descendente de D. Pedro da Cunha, a quem o rei, D. Sebastião confiara a guarda de Lisboa com o titulo de capitão general, e que tomando o partido de D. Antonio, Prior do Crato, ao marchar o duque de Alba sobre Portugal, mais para tomar posse d'elle do que para o conquistar, aconselhou ao principe, que embarcasse nos navios que estavam no Tejo, com todos os que o quizessem seguir, e fosse

formar no Brazil um grande imperio portuguez. D. Antonio desprezou este sensato aviso, e por isso, depois de grandes revezes, se finou em França obscuro, pobre e esquecido, ao passo que D. Pedro, perdida a batalha de Alcantara, expirava com grilhões aos pés na Torre de Belem.

Basta lêr o testamento de D. Luiz da Cunha, para se comprehender quanto este illustre diplomata devia ser antipathico ao beato e freiratico monarcha. Onde, porém, se illuminam com mais vivo colorido as aspirações de D. Luiz da Cunha, é na *Instrucção Politica*, que escreveu para Marco Antonio de Azevedo Coutinho. Ahi a largos traços desenha as reformas radicaes, que havia a fazer na nossa vida social, e foi inquestionavelmente nos trabalhos do illustre embaixador, que o marquez de Pombal se inspirou em todos os actos da sua administração. «A

revolução do marquez de Pombal acha-se esboçada no *Testamento* de D. Luiz da Cunha» diz o sr. Oliveira Martins.

A sua *Instrucção Politica* tinha uns assomas de satira, e censurava as prodigalidades e despesas ridiculamente faustuosas do monarcha, e da côrte. «A segunda reforma absolutamente necessaria, escreve o illustre diplomata, é a do luxo, que da nobreza tem tão indignamente passado ao povo.» E proseguindo, n'esta ordem de idéas, relembra a vida modesta dos antigos reis, e desce a minuciosidades, que deviam ferir o orgulho do imitador de Luiz XIV, se aos ouvidos do soberano chegaram, por vezes, os projectos de D. Luiz da Cunha, tão aberto de coração, como era franco e desassombrado nos seus escriptos.

«O desejo, pois, que o sr. rei D. Pedro teve, diz o manuscrito, de economisar as

posses dos seus vassallos, foi herdado de elle seu pae, sendo o exemplo que elle lhes dava uma quasi lei, que lhes impunha; e para prova d'isto direi algumas circumstancias, que muitas vezes ouvi repetir a meu pae, que lhe não era desagradavel. A primeira foi, que apparecendo-lhe elle um dia, com um porpõem guarnecido com uma rendinha de prata, sua magestade lhe disse: Vindes muito bizarro D. Antonio, por certo que nunca fui tão rico, que podesse fazer outro semelhante porpõem. E da mesma maneira apresentando-lhe o camareiro mór, D. Pantaleão de Sá, quando veiu da sua embaixada de Inglaterra, um dos melhores chapeos, que alli se fabricam, o dicto Senhor lhe perguntou quanto lhe havia custado, e respondeu que duas libras esterlinas. Replicou-lhe elle: guardae lá o vosso chapeo, porque por esse preço compro eu quatro feitos no reino. De

que resultou, que nem meu pae vestiu mais o seu porpõem, nem o camareiro mór tornou a pôr chapeo de Inglaterra, porque as verdadeiras pragmaticas, e as melhores, que se observam, são as de se querer e dever imitar os principes. O mesmo senhor rei D. João, que não deixava crescer o seu cabello, quiz que todos fizessem o mesmo, para evitarem as despesas das cabelleiras, que hoje são tão communs. . . . «Meu pae, continua D. Luiz da Cunha, tinha a honra de o acompanhar um dia, que estando á porta da casa de Alcantara, viu passar um negro ao qual perguntou, que levava para seu amo, ao que elle lhe respondeu, que levava dois tostões de carne, como lhe perguntasse quantos arrateis importavam os dois tostões, disse-lhe elle, que o carniceiro não pesava a carne, mas só a cortava a olho — ordenou que o tal carniceiro fosse

açoitado, por não vender a peso como era obrigado. O dicto senhor era tão attento a querer inspirar a economia nos seus vassallos, que não perdia a menor occasião de lh'a lembrar, porque muitas vezes ouvi contar, como digo, a meu pae, que com os seus creados repartia os coelhos, que matava na Tapada, e dizendo-lhe meu pae, que o Amigão (assim se chamava um domestico de que el-rei se servia com agrado) lh'os levaria, lhe respondera, que n'este caso elle lhe daria dois tostões, que era o mesmo que se os comprasse na Ribeira, e assim mandae chamar o vosso lacaio, para que os leve para casa. Tambem ouvi referir, que dando-lhe certo juiz de fóra um memorial, elle o metterá na algibeira sem o ler, pelo que o dicto ministro lhe dissera: Vossa magestade se esquecerá de o vêr, quando mudar de calções, ao que o dicto senhor respondera, de ma-

neira que o ouvissem: Não tenho medo de que o diabo me leve, se tenho outros. E eram de estamenha de que quasi sempre se servia.»

Economias tão modestas, referidas em reinado de tantos esplendores, vida de côrte tão parca e humilde, rememorada d'esta arte, quando os milhões trasbordavam para a criação de uma Sé Patriarchal, para um clerezia tão elevada em dignidades e hierarchias, tão remunerada e luzida em tratamento e preeminencias, quando os diamantes do Brazil se transmudavam em oiro, para a edificação do templo colossal de Mafra, e para privilegios e regalias da Egreja, desde a basilica real até á mais infima irmandade ou confraria — era uma censura amarga e pungente, que acharia echo, de certo, para reboar até aos degraus do throno.

E este espirito eminente, que se não pren-

dia com receios do desagrado real, caminhava desaffrontado no seu pensamento de reformas, e ia ferir mesmo as superstições vans e irrisorias, que exprimiam uma das feições proeminentes d'este reinado. Em quanto o monarcha se occupava a informar-se, pelo seu parochio, do que rendera a bandeja das almas, escrevia D. Luiz da Cunha: «O luxo devoto cuja reformação tambem julgo de consequencia, consiste na quantidade das confrarias e irmandades, que mais por emulação, que por catholicidade disputam quaes das suas capellas serão mais magnificas, e mais bem doiradas, e qual fará maior festa aos santos a que são dedicadas, gastando n'aquelle dia os seus mordomos o que ganhavam em todo o anno.»

E fazendo a autopsia ao nosso organismo social, accrescenta o illustre diplomata: «A primeira e mais copiosa sangria, por ser

successiva, que soffre Portugal, é a do grande numero de conventos de cada uma das ordens de frades e freiras, que se tem estabelecido em cada uma das provincias, e cidades do reino, augmentando-se d'esta sorte as boccas que comem, sem braços que trabalhem, e vivendo á custa dos que para se sustentarem, e pagarem o tributo que se lhes impoem, cavam, semeiam, e colhem o que Deus lhes dá com o suor do seu rosto; para este abuso concorre a natural perguiça dos portuguezes, que a titulo de vocação, procuram ter certo o pão sem o procurarem, e sem servirem os officios de seus paes; — nunca me esqueceu o que ouvi dizer a um frade dominico, a saber: que certo albardeiro da praça da Palha ameaçava a um seu filho, que o metteria em S. Domingos, senão quizesse fazer boas albardas, e que o peor fôra, que assim succedera, de que nasce ha-

ver tantos frades, que em logar de edificarem, escandalizam.»

«Toda esta fradaria, ponderava D. Luiz da Cunha, devido em duas classes, uma herdada, e outra que não herda, uma que vive do que tem e lhe sobra, e outra do que não tem e tudo possue, mas ambas prejudiciaes á republica—e quanto á primeira classe, de que podem servir ao Estado tantos bentos gordos, tantos bernardos ignorantes, tantos cruzeos soberbos, e tantos brunos mudos, que estão nas suas abbasdias comendo e bebendo, senão de perturbar a sociedade publica com as suas parcialidades, e de mandar a Roma grossas sommas de dinheiro, que tiram dos seus parentes, para conseguirem o que pertendem, que é de mandar os outros. Lembra-me ouvir a meu pae, que o corregedor do crime viera dar conta ao senhor rei D. João IV, que os frades

cruzeos, em S. Vicente, onde faziam o capitulo, estavam para se matarem sobre a eleição do seu Geral, e que sua magestade deveria acudir a esta desordem, mas que o dicto senhor o levára á sua casa d'armas, onde estavam todas as facas da casa, e lhe dissera: Levae-lh'as para que se matem, se lhes faltarem, porque ainda mal, que elles não faltavam.»

«O abuso ainda vae mais longe e, observa D. Luiz da Cunha, porque as dictas ordens vão parindo outras ordens, com o especioso pretexto de reforma, multiplicando-se assim os frades e os conventos.»

E com a franqueza rude de quem não pertende lisonjear, escreve o illustre diplomata: «Se é grande o prejuizo que os conventos de frades fazem a Portugal, não é menor o que lhe provem dos conventos de freiras, cujos paes por não terem bas-

tantes bens para as casarem com egualdade, as forçam a tomarem aquelle estado, dando-lhes por dotes, além dos votos que fazem, a desesperação em que as poem, e por isso são outras tantas mulheres publicas, pelo modo porque o podem ser... Lembra-me que em Lisboa se estabeleceu uma ordem, que se diz da *Divina Providencia*, eu lhe chamara da *Humana Industria*, pois os seus religiosos souberam introduzir entre as mulheres casadas e solteiras, que o seu S. Caetano as favoreceria nas suas afflicções e doenças, se lhe sacrificassem os seus cabellos, de maneira que em poucos tempos, parecia a sua capella uma tenda de cabelleiros, de que os padres tiravam muito bons tostões.»

Em presença do que acabamos de expôr, não nos deve causar pasmo o que dizia milord Tirawlay, embaixador de Inglaterra, na

côrte de D. João V: «O que se pôde fazer d'um paiz, em que metade da gente aguarda o Messias, e a outra metade espera el-rei D. Sebastião?»

Dumouriez que escreveu ácerca de Portugal, antes de vencer os inimigos da França em Valmy e Jemmapes, visitou Lisboa no reinado de D. José, e diz o seguinte: «La chaleur du climat, la force du tempérament, l'ignorance et l'oisiveté font des portugais de fort mauvais chrétiens; ils ne connaissent qu'un péché, celui de la chair, et c'est celui auquel ils sont le plus adonnés, auquel ils sont le moins capables de résister: aussi cherchent-ils à suppléer à la pureté des mœurs et aux vertus morales par des pratiques pieuses, des messes, des rozaire, des reliques, des indulgences et mille autres superstitions. Il n'y a aucun pays catholique où l'on ait autant de confiance au crédit des

saints, aux miracles, aux prières d'autrui, parce qu'on a besoin de ces échappatoires dans l'état crapuleux de sale débauche, de honte, d'avarice, de haine et de vengeance qui agitent presque toujours l'ame des portugais.»

O viajante francez esteve em Portugal depois do terremoto do 1.º de novembro de 1755, quando o marquez de Pombal elevava já o poder real ao cume da sua influencia, e quando gosava de todo o valimento do soberano.

Ainda assim, pinta-nos este escriptor as ruas de Lisboa cheias de immundicie, escurissimas durante a noite, apenas alumia-das n'alguns raros locaes, pelas lanternas, que illuminavam os nichos de varios santos, pouco seguras para quem as percorria, e infestadas, como em Constantinopla, por uma quantidade enorme de cães. Refere-se ao

costume de, pelas oito horas da noite, todos os habitantes chegarem ás portas e janellas de suas casas, e entoarem o terço em voz plangente, e de acabado este formidavel ruido, que durava uma hora, serem as ruas inundadas por grande numero de ladrões, pelos liquidos pouco perfumados, que se arremessavam de todas as habitações, por matilhas de cães, e grupos de quadrilheiros. Descreve estes esbirros patrulhando em bandos de quinze ou vinte, armados com grandes espadas, que punham aos peitos das pessoas que encontravam, interrogando-as por fórma que as assustavam, e affirma que este arremedo de policia, nem era temido pelos malfeitores, nem gosava da confiança do governo. Diz-nos, que uma grande parte das desordens era feita pelos negros e mulattos, que passavam em Lisboa de cento e cinquenta mil, pela miseria do povo, e pela fa-

cilidade de se esconderem por entre as ruínas, que ficaram existindo em muitos logares depois do terremoto. Fala com horror das prisões do Estado, que são a morada da maior barbaridade, e do mais profundo desespero. «O Limoeiro, diz Dumouriez, é a cadeia publica de Lisboa, cheia ordinariamente com quatro ou cinco mil infelizes. Os criminosos politicos, os fidalgos, os militares, a começar pela patente de tenente-general, que querem punir por delictos ou graves ou leves, os devedores, e os estrangeiros são todos alli encarcerados com os maiores malfeitores, sem distincção de classe, nem de tratamento, a não ser quando podem pagar ao carcereiro, e quanto mais ricos são mais os maltratam, para lhes extorquir mais dinheiro. É por isso que, para os homens abastados, a prisão é a ruina. Os pobres vivem á mercê da caridade. Ha outras prisões

secretas do Estado, muito mais horrórasas — moradas dos tormentos e da desesperação: são estas subterraneas — ao lume d'agua ou abaixo mesmo do nivel do rio, nas torres de S. Vicente, de S. Julião, e do Bugio, nas quaes definham, sem esperança de tornar a ver a luz do dia, muitos fidalgos, representantes das primeiras familias, victimas lentas e irrevogaveis da politica, da justiça, da força ou do despotismo. A desappareição e os arrebatamentos constantes de personagens conhecidos, inspiram tal horror e consternação em Lisboa, e em todo o Portugal, que só vejo quadro semelhante, na narração que a Telemaco faz Narbal do estado de Tyro, no governo do tyranno Pigmalião.»

As crueldades do marquez de Pombal, que fervilham na narração do viajante francez, apesar dos rasgados elogios, que este ministro repetidas vezes lhe merece, mostram

a insania do homem, que pretendeu com o terror, e com a força brutal regenerar repentinamente um povo, com a simplicidade com que se mudam instantaneamente, n'um theatro, as decorações do scenario. Esta ignorancia profunda das leis da evolução, este louco orgulho, que suppunha, que ao *quero e mando* do poder real, brotariam aguas d'um rochedo como ao toque da vara milagrosa de Moysés, este desconhecimento absoluto da marcha lenta e serena das civilizações, tiveram uma decepção profunda, no reinado de D. Maria I. Veiu a reacção, e com ella appareceram, na epiderme d'este organismo social, todas as pustulas e todos os herpes, que lhe iam minando e corroendo a existencia, sem que os planos do marquez podessem tonificar um paiz, que ia no caminho da sua decomposição.

As cruezas de Affonso VI, e D. Pedro II

continuaram a ser o passatempo das gerações que se seguiram. O infante, irmão de D. João V, herdou estas tradições, e com ellas se ensoberbecia e ufanava. «Percorriam as ruas de Lisboa, diz este viajante, todas as noites, grupos de homens armados em busca de aventuras. O príncipe, motor e chefe de todas estas desordens, corria todas as viellas para atacar, e insultar quem passava, indo á frente d'um bando de fidalgos: estes bandos chamavam-se ranchos; havia, na nobreza, uma cruel emulação para estas ferozes distracções. O duque de Cadaval, os marquezes de Marialva e de Cascaes, os Aveiras, os Obidos tinham cada um o seu rancho. O encontro d'estes illustres libertinos, era todas as noites assignalado com mortes ou ferimentos — o que originava odios, vinganças, e como uma especie de guerra civil na capital, e aos olhos do rei.»

E a par de todos estes desatinos, que demonstram como viviamos arredados da civilização europeia, repetindo scenas medievaes, jazia o paiz na mais profunda ignorancia, entregue a praticas tediosas de uma devoção boçal, que podia correr parellas com o fetichismo inconsciente das populações africanas.

«A insensivel e crudelissima sangria, que o Estado leva, diz D. Luiz da Cunha, no *Testamento Politico*, é a que lhe dá a Inquisição, porque diariamente com medo d'ella, estam sahindo de Portugal com os seus cabedaes, os chamados christãos novos. Não é facil estancar em Portugal este mau sangue, quando a mesma Inquisição o vae nutrindo, pelo mesmo meio com que pretende querer vedal-o ou extinguil-o; e já o celebre Fr. Domingos de S. Thomaz, da ordem dos prégadores, e deputado da Inquisição cos-

tumava dizer: Que assim como na Calcetaria havia casa em que se fabricava moeda, assim havia outra no Rocio, onde se faziam judeus ou christãos novos, porque sabia como eram processados os que tiveram a desgraça de serem presos, e que em lugar de se extinguirem, se multiplicavam, e ninguém melhor do que elle podia falar na materia.»

«Não entrarei a particularizar o motivo d'este infortunio, «acrescenta o illustre diplomata», basta dizer succintamente, que a ignorancia em que estão os accusados dos nomes dos que os accusaram, e que deverão contestar, para escaparem ao fogo, e a prova que fazem as testemunhas singulares, para a vehemente presumpção de que o réo tinha uma leve tintura do sangue hebreu, são as verdadeiras causas d'esta lastimosa tragedia, *que deshonra Portugal nos paizes estrangei-*

ros, onde o nome de *Portugal* é synonymo com o de *Judeu*.»

E tanto era verdadeira esta apreciação, que um escriptor estrangeiro, narrando uma anedocta d'um illustre viajante inglez, que por gracejo nos chamou o povo judaico, accrescenta que o judaismo é o vicio predominante dos portuguezes, e que é necessario o freio severo do Santo Officio para resistirem a esta inclinação.

Na *Instrucção Politica* a que nos temos referido, assevera o seu auctor, que os inquisidores tiveram astucia, para levarem a nobreza a acceitar, como uma honra, que a Inquisição lhes concedesse patentes ou cartas de familiares do Santo Officio, «o que vale o mesmo, diz D. Luiz da Cunha, que serem seus esbirros, porque, em conformidade de suas ordens, devem ir prender e arrancar mulheres dos braços de seus ma-

ridos, e os filhos e filhas dos de seus paes e mães». Souberam tambem persuadir aos fidalgos, que os distinguiam, quando os encarregavam de prisões difficeis, e quando, nos autos de fé, os mandavam conduzir os maiores delinquentes, e condemnados ao fogo — «honra reservada á nobreza, por que os mechanicos só a tem, de levarem ao auto de fé alguma pobre feiticeira ou embusteira.»

« Sobre tudo, a Inquisição, continua D. Luiz da Cunha, para melhor fortificar o respeito, que pretende e consegue, castiga, como suspeitos na fé, os que lhe fazem alguma injuria, ou a qualquer dos seus membros e officiaes, os que resistem ás suas ordens, os que perturbam o seu exercicio, os que murmuram contra os seus procedimentos, e os que violam o seu segredo. A isto se ajunta, que a extensão, que os inqui-

sidores deram ao nome de heresia, deve ter toda a gente em uma terrível apprehensão, por que não são sómente hereges os que realmente o são, mas os que os inquisidores quizerem fazer, — por exemplo, se alguma pessoa, por desgraça, larga qualquer proposição de que se possam tirar, ainda que de longe, certas consequencias, ou a que se lhe queira dar um sentido mal soante, se desaprova certos costumes de egreja particulares, onde a Inquisição é recebida, se não convem na infallibilidade dos papas, e sua auctoridade sobre os concilios ecumenicos, se despreza as imagens, se lêem ou dão a ler os livros prohibidos, se se afastam dos usos ordinarios da Egreja, desprezando os seus mandamentos, e seria um nunca acabar, se houvesse de referir todos os casos de que a Inquisição quer fazer caso, e que já é um crime contra a fé, e para extender mais a

sua jurisdicção, procurou que os principes lhe permittissem o conhecimento do delicto da blasphemia, da polygamia, de maleficios, de feitiçaria e de sodomia, com a revisão de livros que pretencia aos ministros d'el-rei, e aos bispos, por que estes são, como já disse, os verdadeiros depositarios da fé.»

«Todos sabem», accrescenta o illustre diplomata, «que o principe D. Theodosio, quando a Inquisição prendeu — não pelo crime de judaismo — o conde de Villa Franca, recommendou ao inquisidor geral o seu bom tratamento, e que se devia ter attenção com a sua grande qualidade, e que elle atrevidamente lhe respondera: que o tribunal lhe faria justiça. E sabeis vós que coisa seja justiça? — lhe replicou severamente aquelle bom principe. O que elle sentiu de sorte que em poucos dias falleceu. Bem ouvi, que os parentes do desgraçado conde tiveram algu-

mas conferencias, sobre o modo de repararem a affronta que o Santo Officio lhes fizera, e que sómente convieram em lhe mandarem as suas cartas de familiares, e em matarem o mesmo conde, logo que sahisse da porta da Inquisição, para que não chegasse a ouvir a sua sentença no auto publico de fé, do que tendo noticia os inquisidores, lh'a fizeram ler em auto particular, que nem por isso foi menos publico, porque para elle foram convidados todos os familiares, e os principaes religiosos de todas as ordens, para assistirem áquelle triumpho, não de fé, mas da Inquisição; porém o que foi mais particular, n'este successo, consistiu em que os mesmos senhores, que se tinham desembaraçado de serem esbirros da Inquisição, tiveram a fraqueza de acceitarem outra vez as cartas de familiares.»

Um paiz com este tribunal audaz, inte-

resseiro e feroz, e na devassidão de costumes, que temos apreciado, caminhava a passos largos para a sua completa decomposição moral. Como muito bem diz o sr. Oliveira Martins: «O dinheiro do Brazil dava para todas as extravagancias, sensatas e insensatas. Dera para D. João V satisfazer a sua loucura de ostentação magestatica e fradesca; dava agora para o marquez de Pombal construir uma nação *de estufa*, com gente de fóra.» O pensamento genial do marquez era dar ao poder real a maxima influencia, e o maximo prestigio, e só com este predomínio transformar o paiz, e permittir-lhe uma certa somma de civilisação, dentro d'um circulo de ferro, onde fosse tudo o braço potente da magestade. Pareceu-lhe um obstaculo, para o fim a que caminhava, a soberba, a ascendencia e a superioridade da nobreza — parodiou Richelieu, extermin-

nou os representantes de algumas das primeiras famílias, arruinou outros, annullou quasi todos, e levantou a classe média, dando-lhe um lugar distincto como poder do Estado. Foi o precursor inconsciente da revolução liberal. Ensinou á burguezia, que ella era uma força social, e uma alavanca poderosa da liberdade. Separou-a completamente da plebe, como então se dizia, e iniciou inconscientemente a criação de outra força, que é hoje o terror e o pesadelo da classe média — o quarto estado.

Afigurou-se-lhe, que a Companhia de Jesus era uma barreira poderosa, no seio de todas as famílias, no camarim de todas as fidalgas, e ainda nas recamaras do paço, e nos pulpitos e confessionarios de todo o paiz — infamou-a e expulsou-a.

Pensou, que com a mesma facilidade com que levantava cadafalsos em Belem,

e encarcerava fidalgos no forte da Junqueira, poderia accordar um povo, que vinha de geração em geração obedecendo a leis factaes, de que só uma direcção suave, lenta, e intelligentemente preparada o poderia desviar. Commetteu um gravissimo erro.

Traçou rasgados planos. Quiz organizar um exercito, e com este intuito mandou vir officiaes estrangeiros — pretendeu crear industrias, e com este pensamento chamou a Portugal, homens de differentes paizes, e de diversas classes sociaes. E assim foi importando individuos, que representavam todas as aptidões do saber humano, desde os professores para as escholas superiores, até aos operarios para as officinas de varias manufacturas.

A ignorancia era tão profunda em Portugal, na generalidade de todos os corpos collectivos, como o fanatismo e a torpeza dos costumes.

«Um desembargador, conselheiro da Fazenda e administrador da Alfandega, conta Jacome Ratton, não quiz que se abrisse uma caixa de fazendas, vinda de Genova, porque então havia peste em Marselha; e trazendo-se-lhe um mappa, para lhe mostrar quão distantes estavam estas terras, uma de outra, abriu a sua mão para medir a distancia, e achando que era só meio palmo, concluiu que se não devia abrir a caixa! O grande desembargador Mello e Sá, escrevendo de Lisboa a um seu amigo, no Rio de Janeiro, em tempo que Gibraltar estava sitiado pelos francezes e hespanhoes, lhe dizia, que lhe não dava as novidades d'aquelle sitio; porque elle as teria lá mais cedo, por estar mais perto! Julgue o publico, pondera Ratton, que taes eram os conhecimentos geographicos da nação, quando os desembargadores, que passa-

vam pelos sabios d'ella, a sabiam d'este modo.»

A falta de dignidade, e de decoro ia a par d'este desconhecimento de todos os ramos da sciencia. «A maior vaidade dos fidalgos foi, e é ainda, diz um escriptor estrangeiro, terem por creados, e mesmo por lacaios, que sobem á trazeira dos seus coches, homens condecorados; conserva-se pela mesma fórma este abuso inaudito, e todavia estes mesmos nobres, e até o rei, e os principes usam as insignias das mesmas ordens, que os seus creados deshonoram.» Dumouriez, occupando-se do exercito portuguez até muito depois da guerra de 1762, faz d'elle a mais triste descripção. Observa que os officiaes dos regimentos, eram os creados ou os escudeiros dos coroneis, assegura que continuavam a exercer os seus cargos domesticos, servindo os amos á mesa, e indo na tra-

zeira dos coches, quando não estavam de serviço».

Termina por dizer: «É este o retrato incrível do antigo militar portuguez, antes da guerra de 1762, e da vinda do conde de Lippe a este paiz».

Em presença d'este tristissimo quadro, que fica apenas esboçado, e em que, para que nos não accussem de exaggeros, citamos sempre diversos escriptores, não é para extranhar, que um dos mais eruditos historiadores d'este seculo, faça de nós uma apreciação severa, e pouco lisongeira.

«Em nenhum dos povos do meio-dia, as qualidades desfavoraveis e peculiares ao typo das nações latinas e catholicas, diz Gervinus, sobresaem em tão grande relevo como nos portuguezes. Durante os seculos em que, ao lado de Veneza, foi Portugal a primeira potencia maritima do mundo, fundou a sua

grandeza, mais ainda do que a Hespanha, com um esplendor, e uma gloria militar puramente exteriores. As mais ricas regiões da America, e da Asia derramavam então os seus thesoiros no porto de Lisboa; pois apesar de todas estas riquezas affluirem a esse paiz, a agricultura, que dizem ter sido outr'ora florescente, cahia, ainda mais do que em Hespanha, n'uma profunda decadencia, e via-se empobrecer aquelle poderoso reino, que, para as suas primeiras necessidades, dependia dos mais pequenos paizes da Europa. Mas este mesmo antigo poderio externo, as suas formidaveis esquadras, e a maior parte das colonias, tudo isto perdera Portugal, durante, e depois do periodo em que fôra annexado á Hespanha (1580 1640). Passára essa occupação de visinhos tão detestados; mas ficou no paiz o sombrio despotismo hespanhol, fortalecido ainda

mais com a devoção hypocrita dos jesuitas, que já desde o reinado de D. João III tinham feito d'este paiz, mais do que nenhum outro, o seu exclusivo dominio. Poder-se-hia dizer, que foi uma nova calamidade para Portugal, recobrada a sua independencia politica, obrigar os hollandezes a entregarem-lhe o Brazil, de que se haviam apoderado. Com esta nova occupação, encontraram alli riquezas inexauriveis em minas de oiro e pedras preciosas, e por isso poderam os portuguezes continuar, em maior escala ainda, a sua vida ociosa, no seio da mais completa indolencia intellectual, moral e industrial».

« Ao dominio espirital de Roma viera ajuntar-se, depois do tratado de Methwen, concluido em 1703, a conquista commercial, e industrial de Portugal pela Inglaterra... »

O professor de Heidelberg descreve a largos traços, o estado a que se achavam redu-

zidas as industrias, trinta annos depois da activa e energica administração do marquez de Pombal, aprecia, pelas informações estatisticas de Balbi, as nossas perdas, tanto no commercio como nos nossos artefactos, e conclue, que haviam descido tão baixo os nossos productos, que carecíamos de ir buscar ao estrangeiro, os utensilios, e objectos do uso mais commum e vulgar.

«Esta ruina da economia politica de Portugal, diz o erudito escriptor, caminhava a par da sua decadencia moral e intellectual. Verdade é que, nas espheras superiores da sociedade, vira-se imperar por muito tempo, uma degradação tal, que não seria possivel excedel-a. Todos os estrangeiros encontravam á profusão nas altas classes, como se fôra uma epidemia, a ignorancia, a presumpção arrogante de casta, a ausencia completa de sentimentos, a paixão do jogo, e a cor-

rupção de todas as especies, levada a um tal ponto, que affirmavam poder conhecer a hediondez d'estes vicios, simplesmente pelos traços da physionomia — traços que iam ganhando em intensidade e em relevo, á medida que se ia subindo na escala social. Mas, por outro lado, e é este o testemunho unanime de todos os estrangeiros, e de todos os indigenas — a gente do campo, pobre, miseravel, e isolada nos seus valles, que levava uma vida rude, e quasi entregue ao estado selvagem, e por assim dizer, sem laços politicos nem sociaes, conservara até á invasão franceza, uma simplicidade de costumes e de sentimentos tão puros, taes como apenas se encontram nos idyllios.»

E para que se veja como Gervinus nada exaggerou, na apreciação que fez, da completa decadencia em que nos achavamos, é conveniente citar o que, a nosso respeito, es-

creve um illustre historiador portuguez, Coelho da Rocha. «As antigas leis em favor da lavoira, diz o eminente professor, haviam sido insertas nas *Ordenações Filippinas*; varias extravagantes posteriores recommendaram a sua execução: taes providencias, porém, nada remediavam; pelo contrario as mesmas causas, que na epocha anterior tinham preparado a decadencia da agricultura, e a apathia das artes, continuaram progressivamente n'esta. As grandes riquezas, que se recebiam do Brazil, apenas chegavam para supprir a falta de pão, e dos generos de primeira necessidade, que o paiz não produzia, e para sustentar um luxo ruinoso, que ellas mesmo tinham creado...

«Por este tempo descobriram-se alli tambem (no Brazil) as minas de oiro e diamantes: e as riquezas immensas, que d'esta fonte continuadamente affluam á metropole, se

não a compensavam da perda de população, e dos fataes effeitos do luxo, que, no reinado de D. João V, chegou ao ultimo excesso, conservavam ao menos o lustre da nação, e mantinham a apparencia da prosperidade.» E acrescenta o illustre cathedratico: «O ministro de D. José empregou todos os seus cuidados em tirar esta fonte de prosperidade (a industria fabril), do abatimento em que se achava. Creou ou promoveu as fabricas de sedas, de lans, de algodão, de vidro, e de toda a especie de manufacturas. Para as animar com o exemplo, por occasião do espantoso terremoto de 1755, o rei, a familia real e toda a côrte, vestiu-se de panno de briche. Para conservar a reputação das lans, creou-se n'este mesmo reinado a *Superintendencia dos lanificios*, que coarctando a liberdade dos creadores, só servia de lhes causar vexames. O bom effeito de tantas pro-

videncias terminou com a vida do seu auctor. No reinado seguinte as fabricas, em lugar de prosperar, decahiam; porque o gosto das modas, e luxo estrangeiro, penetrava até ás ultimas classes; e o descredito das coisas nacionaes apoderava-se dos portuguezes, como especie de mania».

O grande ministro empregara todos os esforços, para accordar o paiz do lethargo em que jazia, e para o arrancar á dissolução de costumes em que se ia esphacelando. Em todos os ramos de administração publica tocou o seu braço omnipotente. Mas tocou debalde, porque, terminado o seu governo, o reino voltou ao seu antigo estado, e a decomposição não suspendeu o seu curso.

Houve só um ponto, em que a sua acção foi efficaz e segura, e este nos basta, para observarmos a marcha da evolução. Foi a desmedida influencia que deu ao poder real,

curvando perante elle, todas as forças vivas do paiz, e tornando-o centro immutavel de todas as tendencias, de todas as aspirações, e de todos os propositos da nação.

«Para o marquez de Pombal, como diz o sr. Latino Coelho, o rei era a providencia, revestindo a purpura, empunhando o sceptro, e diffundindo as suas graças por entre a multidão, cujo officio era confiar e obedecer. A magestade não tolerava criticas nem consentia parallellos.» Seria um attentado, e uma blasphemia ter uma leve suspeita, que todos os poderes politicos provinham da soberania nacional. «Só porque o doutor Velasco, pondera o illustre escriptor citado, no seu livro memoravel da *Justa acclamação*, havia defendido a soberania nacional, e considerado a realleza como uma pura delegação da vontade popular, foi tal opinião havida por impia e temeraria, e, depois de ser

examinada n'uma junta de legistas a obra d'aquelle celebrado jurisconsulto, officialmente a condemnaram por *informe, absurda e ignorante*, e como tal apocrypha, suppositicia e indigna das muitas lettras e são juizo d'aquelle, que lhe assignavam por auctor.»

Foi assim que o marquez de Pombal preparou inconscientemente a revolução democratica. Nivelou todos os elementos antagonistas, fundiu todas as forças vitaes da nação, e fundou a robustissima unidade governativa, que deixava a coroa sem obstaculos nem embarços, que lhe tolhessem os designios e a acção.

Francisco Luiz Gomes, escrevendo a vida do marquez de Pombal, conclue pela seguinte fórma: «Les grands hommes, dit M. Louis Blanc, ne sont que de puissants aveugles. La partie qu'ils jouent n'est pas la

leur. Le résultat présent les éblouit; le Souverain Ordonnateur des choses les emploie, tout en décidant dans son infinie sagesse des conséquences dernières, et en préparant les lointains contre-coups.»

«Aucun des grands hommes, dirons-nous à l'appui de ces mots de M. Louis Blanc, n'a été plus que le marquis de Pombal, un puissant aveugle, et n'a joué d'une manière plus complète une partie autre que la sienne. Croyant fonder en Portugal un gouvernement presque despotique représenté par le roi et ayant pour cortége la noblesse, et le peuple pour appui, le marquis de Pombal ne fit que déblayer la route par où devait s'avancer la bourgeoisie. Le gouvernement despotique, son ouvrage, s'écroula dès que lui manquèrent les moyens sanglants par lesquels il avait été créé et soutenu.»

«Que um monarcha portuguez, pondera

o illustre escriptor, Camillo Castello Branco, mal intencionado levantasse á sua custa uma estatua ao marquez, seria correcto, porque o marquez foi um rijo suporte da monarchia absoluta; porém, se o povo desabasse a estatua, — praticando um acto violento — seria tambem logico. O marquez de Pombal não matava fidalgos para vingar o povo espesinhado; matava-os porque afrontavam o rei e queriam egualal-o ao homem pela fragilidade das suas devassidões. O Pombal, quando enforcava a plebe do Porto e queimava a plebe da Trafaria, denominava os padecentes — *réos de alta traição e de leza magestade da primeira cabeça*. Morreu impune, ha cem annos, o marquez, cossando socegadamente a sua lepra.»

«No reinado de D. José, escreve Coelho da Rocha, o despotismo não se disfarçou, foi publica e systematicamente proclamado.

O genio do marquez de Pombal era tão vasto, e sua energia e actividade tão vigorosas, que dominando o monarcha, não se sujeitava á influencia de pessoa, nem de ordem alguma. No seu systema social as funcções do rei eram mandar, o que lhe approuvesse; e as da nação obedecer, e nada mais. Nos documentos do governo não se falou mais em prerogativas dos povos, nem em côrtes; e os escriptores viram-se forçados a mencional-as, como assembléas meramente consultivas, desnecessarias, e até incompativeis no estado actual da administração. Não é o concurso das ordens, nem a opinião dos povos, que occupa os pomposos preambulos das leis d'este tempo, mas sim a *alta e independente soberania, que o rei recebe immediatamente de Deus, pela qual manda, quer, e decreta aos seus vassallos, de sciencia certa e poder absoluto.*

Esmagada a nobreza com o supplicio de alguns dos seus chefes, com a prisão de muitos de seus membros, e com o cuidado que houve de a trazer sempre arredada das influencias e supremacia da administração, annullada a preponderancia da Egreja com a altivez de Pombal em presença da Curia romana, com as soberanas ordens dadas aos bispos do reino, com a expulsão dos jesuitas, com a flexibilidade da Inquisição, e com as leis, que vieram, por todas as fórmulas, pôr barreiras ás invasões das ordens monasticas — o poder real alcançou um predominio tão manifesto, que já não havia limites para as suas audaciosas resoluções. O absolutismo semeava então, como diz o sr. Latino Coelho, para que a liberdade viesse depois enfeixar as paveias já maduras.

Meio seculo depois, cahiam por terra estas formulas obsoletas e archaicas do *man-*

da, quer e decreta aos seus vassallos, de sciencia certa e poder absoluto, e com ellas essa pseudo-soberania que procedia de Deus. As côrtes de 1821 davam razão a Valasco, e rasgavam novos horizontes aos arrojos politicos das côrtes de 1641.

Diz a *Constituição Política* da monarchia portugueza, no artigo 26.º: «A soberania reside essencialmente em a nação. Não póde, porém, ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos. Nenhum individuo ou corporação exerce auctoridade publica que se não derive da mesma nação.» E no artigo 27.º: «A nação é livre e independente, e não póde ser patrimonio de ninguem. A ella sómente pertence fazer pelos seus deputados juntos em Côrtes a sua Constituição ou lei fundamental, sem dependencia de sancção do rei.»

Mas não carecemos de ir tão longe bus-

car a desaffronta dos bons, e generosos principios da democracia. N'essa mesma epocha, quando a realleza absoluta, tocando no cume da sua força e da sua gloria, se sentia desafogada e livre de todas as peias e estorvos, que lhe tinham demorado a marcha, n'esse mesmo periodo, quando ella se reputava immorredoira, e se comprazia na sua assombrosa grandeza, ouviam-se já pela França uns ruidos sinistros, que eram o presagio da maior de todas as revoluções — o antigo regimen ia desabar.



A este simulacro de regeneração seguiu-se o reinado de D. Maria I, senhora piedosa,

cheia de virtudes, mas de uma devoção exaggerada. Entregue á ambição e ao fanatismo do seu confessor, D. José Maria de Mello, bispo do Algarve, perturbou este por tal fórma a consciencia da sua real penitente, que, dentro em pouco, foi a rainha declarada inhabil para reinar. Tomou seu filho, o principe D. João, as redeas do governo, continuando, porém, todos os diplomas e mais peças officiaes a serem expedidos debaixo do nome de sua mãe, até que a 15 de julho de 1799 assumiu o character de regente do reino.

Logo no começo do reinado de D. Maria I a reacção levantára o collo, com todos os rancores e todas as ambições latentes, que se foram amontoando durante a administração do marquez de Pombal. O clero e a nobreza apoderaram-se da soberana. Ministros mediocres, ignorantes e ineptos que-

braram com todas as tradições do governo anterior, e impellidos pela pressão dos seus apaniguados e defensores, repozeram Portugal n'uma situação quasi analoga aquella em que se achava, anteriormente ao reinado de D. José. Era a reacção brutal, estúpida e feroz, tendo ganho apenas a immensa amplitude que alcançára o poder real.

O principe D. João não fôra educado para occupar o throno. «Vivendo desde a infancia com os frades, diz um escriptor distincto, e dirigido por seu supersticioso pae, D. Pedro, desde a infancia contrahiui habitos monacaes, a ponto de fazer consistir as suas delicias, já nas ceremonias religiosas, como muito versado que era na liturgia, e já na musica da egreja, com especialidade na mais estrondosa, divertindo-se bastante com entoar o canto chão.»

Com estas qualidades de educação, com

a tibieza e hesitação constantes do seu caracter, e subindo ao throno quando a França se achava já illuminada pela luz da liberdade, o infeliz principe devia ser o que foi — um instrumento dos seus ministros, e das influencias politicas que o cercavam.

A nossa politica externa e interna resen-tiu-se immediatamente d'esta deploravel situação. Levados pelas suggestões da Inglaterra, de quem somos colonia desde os fins do reinado de D. Pedro II, recusamo-nos a estabelecer uma neutralidade rigorosa, como nos cumpria, nos começos da lucta da França com as diversas monarchias da Europa, e com esta indisculpavel e ignara leviandade, depois de havermos despendido inopportunamente sommas enormes, que estancaram as arcas do thesoiro, para obter temperar ás ameaças do governo francez, vimo-nos a braços com uma invasão dolo-

rosa, assoladora e terrível, que terminou com a guerra peninsular.

Da politica interna, dá-nos a feição mais característica e frisante, nos fins do seculo xviii entre nós, a intendencia geral da policia, especie de inquisição do Estado, confiada ao famoso desembargador do paço, Diogo Ignacio de Pina Manique. «Homem, como diz o sr. Latino Coelho, em quem a escassez da erudição, a curteza do entendimento e a sevicia do caracter andavam em certa maneira consociadas com energia de vontade, e com desejo irrequieto de illustrar a sua administração.» Fizera a sua carreira sendo o mais servil, e tambem o mais activo de todos os instrumentos do marquez de Pombal. Assistiu, por muitas vezes, com o fanatismo da ambição e do interesse, ao acto de serem queimados pelo verdugo, na praça do Commercio, os escriptos e os impressos

condemnnados á fogueira. E com o seu menos que mediocre talento, exaggerando sempre a severidade na execução dos mandados que lhe incumbiam, soube por todo o genero de humilhações e de cruezas, sem nenhum outro titulo que o recommendasse, captar a graça e o favor do seu despotico amo ou patrono.

«As atrocidades commettidas pelo desembargador, Pina Manique, na sua diligencia policial contra as miseraveis povoações da Trafaria e logares circumvisinhos, escreve o sr. Latino Coelho ao occupar-se d'este rigido preboste, haviam debuxado o ultimo toque na physionomia do severo magistrado. Aquella sinistra execução, em que o marquez de Pombal cerrára com chave de ferro o seu longo e cruento ministerio, acabára de encher a medida á popular animadversão contra o implacavel intendente.

O juizo publico sempre o havia associado aos excessos politicos de Portugal». E a este mesmo respeito lê-se na *Chronica de D. Maria I*: «Sendo esta ultima barbaridade que o marquez de Pombal executou no tempo do seu pavoroso governo, a maior façanha com que se abona de impio aquelle desembargador».

A governos frouxos e hesitantes, como foram os que receberam a herança de Pombal, devia agradar este homem sinistro, pelo terror que espalhava em todos os seus actos.

Pouco a pouco foi-se insinuando no animo de D. Maria, e de seu filho, até que, alcançando radicar-se mais tarde na confiança do principe D. João, chegou a dominar em muitos casos os membros do governo, e a dobral-os á sua dominadora vontade, e á sua sombria jurisdicção.

Declarou, como era natural, uma guerra

incessante e implacavel a tudo e a todos, que ousassem, por qualquer fórma, pôr duvida ás bases em que assentava a monarchia absoluta, e ao mais leve assomo de independencia, que transparecia n'algum espirito mais lucido ou menos submisso, estalavam de subito as accusações de jacobino, de atheu ou de pedreiro livre, e á voz do intendente abriam-se de par em par as portas dos calaboiços e dos carceres, para receber a victima de todos os aleives. E tanto mais facil era ao sinistro desembargador chegar a todos os extremos nos seus intentos, por isso que se achava revestido de todos os poderes para obrar a seu talante, com um arbitrio insolito e inaudito.

O decreto de 7 de novembro de 1812 determinou o seguinte: «Por justos motivos, convenientes ao meu real serviço, hei por bem *que nenhum preso dos que entrarem nas*

cadeias de ordem do intendente geral da policia, possa ser solto por qualquer auctoridade, por mandados de sentenças ou assentos de visita, sem que antes o mesmo intendente seja sciente e o dê por corrente. O chanceller da Casa da Supplicação, que serve de regedor, o tenha assim entendido e o execute, sem embargo de quaesquer leis, decretos e ordens em contrario.»

A vida, a honra, a fortuna, a familia, e a liberdade de qualquer homem estavam dependentes do capricho ou do odio do intendente geral da policia. Era elle o tribunal supremo, e a sua vontade omnipotente era a lei.

«Vê-se que por este decreto, diz o sr. Simão José da Luz, o intendente geral da policia podia prender quem muito bem quizesse, sem haver alguém que lhe podesse cohibir os abusos. O marquez de Pombal,

creando a intendencia geral da policia, por alvará de 25 de junho de 1760 — medida com que quiz consolidar o despotismo do seu governo com a allegação do exemplo da França, não lhe deu regimento que obviasse aos abusos, a que naturalmente se abria a porta, dando a um só homem os poderes quasi sem limites que a lei lhe concedia. Pelo alvará de 15 de janeiro de 1780 ordenou-se, que as pessoas que o intendente prendesse por causas crimes, fossem logo entregues aos ministros a cuja jurisdicção pertencessem, recommendando a estes o instruir-lhes o processo, e o sentenceal-os na fórma das leis e estylos do reino. Mais se ordenou pelo sobredito alvará, que a visita das cadeias fosse feita pelo regedor da justiça. Se pois se dera ao intendente a faculdade de prender qualquer cidadão sem pronuncia, ao menos ainda havia uma au-

ctoridade que lhe fiscalisava os abusos; mas pelo decreto de 7 de dezembro de 1812 desapareceu esta garantia, constituindo-se a intendencia geral da policia n'uma auctoridade essencialmente despotica, sem haver alguma outra que lhe podesse cohibir as demasias.»

Não duvidamos dos serviços que, em muitos actos de administração publica, prestou o intendente Manique, devendo-se-lhe a fundação da Casa Pia de Lisboa, muitas obras de legitima necessidade, e a repressão dos malfeitores e facinorosos que enxameavam na capital. Estamos promptos a repetir com o sr. Latino Coelho, que, «nos seus escriptos officiaes resumia com phrase inculta sensatas apreciações e pensamentos sociaes, que traziam á memoria a escola civilisadora de Pombal.» Com melhor vontade diremos ainda, que se percebia em Manique «a in-

tenção manifesta de imitar o ministro de D. José, e de ser, n'uma esphera menos emi-nente, o seu incansavel continuador».

Mas a liberdade de pensamento, a liber-dade da palavra, a liberdade de imprensa, e todas as virtudes civicas, não podiam encon-trar mais implacavel inimigo, nem adversario mais feroz. O sr. Simão José da Luz, que, por varias vezes, busca desvanecer as maculas que acompanham o nome do terrivel inten-dente, todavia é forçado a escrever: «é de rasão confessar, que da parte do intendente Manique havia demasiado zelo do serviço, fundado em apprehensões excessivas, a res-peito de certos individuos, que nada mais tinham contra si que a reputação de littera-tos, reunida á de se terem por isentos de fanatismo, ou quando muito, de pouco de-votos em pontos de religião, crimes que por aquelle tempo se olhavam como da maior

gravidade, reputando-se como inimigos do rei, e portanto partidistas das doutrinas liberaes, os que de taes crimes eram accusados».

Era, por estes tempos, na aristocracia e nas classes mais elevadas que a religião se mantinha menos ferverosa, e a incredulidade ganhava maior favor. As praticas religiosas seguidas em publico, e os actos de uma exaggerada devoção, puramente banal e irrisoria, encobriam as mais das vezes ou uma estolida indifferença, devida a uma boçal ignorancia, ou convicções profundas, que eram a negação completa de todas as religiões reveladas. O protestantismo não penetrara em Portugal, como propaganda e como corpo de doutrina, e muito se illudem os que attribuem á Inquisição e aos jesuitas, aos terrores que aquella inspirava, e aos salutaes conselhos e piedosas advertencias

d'estes, o afastamento dos discipulos de Luthero e de Calvino. A religião aqui, n'esta raça, pela demorada marcha da civilização, pelas luctas ainda recentes com agarenos, e pela profunda ignorancia de todos os ramos de sciencia, era mais um fetichismo, devotado só aos actos puramente materiaes, que prescreve o culto, do que uma crença levantada ás regiões puras e serenas onde impera a palavra de Deus, ou baseada nas fórmulas luminosas e metaphysicas em que se envolve o catholicismo.

E, como já dissemos, foi na nobreza e no mesmo clero, que entraram os primeiros lampejos da duvida, da indifferença, e da descrença até. Vinham de longe estes actos isolados de falta de fervor, e de tibieza na fé catholica. Era raro o homem, que desprendido d'este meio enrubescido com a chamma das fogueiras, e illuminado pelo

clarão dos tocheiros nos templos, no regresso á patria, não entrasse infamado com o nome de herege, como Damião de Goes, ou contaminado de doutrinas extranhas e reputadas perigosas, como D. Luiz da Cunha. A sociedade portugueza via com maus olhos, tudo quanto a podia roubar á sua preguiça e indolencia nativas, e não considerava o cerebro senão como um orgão sem espontaneidade nem acção propria, que fôra dado ao homem para não deslizar nem uma linha da ordem de idéas, que as tradições e lendas dos seus maiores lhe tinham transmittido. Uma nova crença, um acto de rebellião contra o que estava ensinado era um esforço doloroso, que exigia estudo, applicação, trabalhos cerebraes, demonstrações energicas, finalmente era uma fonte perenne de esforços e de iniciativas, que vinham perturbar o doce repouso, e a somnolenta ociosidade de um

povo, habituado a entoar automaticamente, sem fadigas mentaes, o *Padre Nosso* e a *Ave Maria* de quantos terços e rosarios lhe impunha a mais obsecada superstição.

Foi, pois, a nobreza, que começou a reagir contra esta inercia, devida á raça e ao clima, e a occupar-se do movimento litterario, philosophico e scientifico, que interessava calorosamente todas as nações da Europa. A parte mais illustrada da classe média acompanhava a aristocracia.

Um viajante francez, que percorreu o paiz no reinado de D. José, exprime-se assim: «Les lettres et la librairie sont en fort mauvais état en Portugal, quoique cependant ce peuple ait de l'esprit et de la disposition; mais il a été fort longtems sans application, il l'est encore, et ce n'est que depuis quelque tems que les jeunes seigneurs commencent à se jeter dans la littérature; ils sont pas-

sionnés sur-tout pour Voltaire, Rousseau et la nouvelle philosophie: presque tous ces livres sont traduits en portugais. Les plus distingués parmi les jeunes fidalgos par leur application sont les deux comtes de Castello Melhor, les deux Lavradio, marquis de Cascaes, les comtes do Prado, da Ponte, et un nommé Pinto; ils forment une petite société littéraire fort estimable, qui a déjà donné au public la traduction du théâtre de Voltaire, de la Henriade, d'Emile, de l'Esprit des loix, et de l'art de la guerre du roi de Prusse.»

Foi tambem pela aristocracia, que começou em França o movimento anti-catholico. «A nobreza antiga, observa Tocqueville, que era a classe mais irreligiosa antes de 1789, tornou-se a mais fervente depois de 1793; como foi a primeira que soffreu, foi tambem a primeira a converter-se.» Logo que a bur-

guezia se sentiu ferida no meio do seu triumpho, acolheu-se tambem ás crenças que abandonára. « Pouco a pouco, diz este eminente escriptor, o respeito pela religião foi penetrando por toda a parte, onde os homens tinham que perder com as desordens populares, e a incredulidade desappareceu, ou pelo menos escondeu-se, á medida que augmentava o medo das revoluções. »

Veremos, mais tarde, como em Portugal os factos seguiram a mesma vereda, e a religião voltou a ser o baluarte onde buscaram abrigo, as classes que tinham tomado a iniciativa, no desprendimento e indifferença pelas crenças catholicas, lançando-se nos braços da reacção, logo que sentiram escapar-lhes das mãos o poder que ambicionavam, e que julgavam ter seguro.

No estado de enfraquecimento, e de decomposição em que se achava Portugal, na

depressão intellectual, e na ignorancia profunda de todos os grandes problemas sociaes, em que viviam os vassallos fieis ao throno e ao altar, podemos avaliar hoje, nós, que respiramos outra atmospheria menos deletaria, e estamos orientados com noções mais exactas da missão dos povos, qual seria o pasmo e a surpresa d'este paiz, quando os primeiros clarões da revolução franceza ruborizaram o horizonte.

A proclamação dos direitos do homem, essa manifestação solemne e imponente das liberdades publicas, surgindo em ondas de luz, no seio de uma assembléa composta dos primeiros homens da França, devia produzir um deslumbramento maravilhoso, em espiritos educados para as baixezas, e humilhações da realeza absoluta.

O intendente geral da policia julgara-se o cherubim, collocado nas lindas d'este eden

terreal, para obstar á invasão poderosa das idéas revolucionarias. Baldado empenho, e irrisoria porfia, cujas malogradas tentativas só serviram para accrescentar e robustecer o ardor da propaganda, fecundando a idéa nova com o sangue, e com o martyrio.

As idéas teem uma força de expansibilidade, e uma energia no seu desenvolvimento, que, assim como a luz, a electricidade e o magnetismo, são a expressão de causas mysteriosas, e de movimentos impenetraveis e desconhecidos.

E tal é a intensidade das crenças, que, quanto mais alto se levanta o patibulo, quanto maior é o charco de sangue em que se pretende afogar uma idéa, mais efficaz se torna o proselytismo, e mais viva é a fé dos adeptos.

Em todos os paizes, onde o despotismo é a base do governo, principia sempre pela

heresia a liberdade do pensamento. Tanto é esta a marcha da evolução, que, na Gran-Bretanha a revolução constitucional foi preparada, e precedida pela lucta religiosa. «É assim, diz um illustre escriptor, que os engenhos mais illuminados no seculo XVIII dão começo á liberdade do pensamento, professando as idéas philosophicas, divulgadas pelos audazes demolidores da França contemporanea, e cahem naturalmente sob a supicaz jurisdicção do Santo Officio antes de provocarem, no advento da revolução, as iras politicas da intendencia».

Mas confrontemos o intendente Manique com os documentos da *Intendencia geral da Policia*. Vamos encontral-o na sua laboriosa tarefa de repressão, com a certeza de que ninguem o expõe a tanta luz como os seus proprios officios — e assim os arrecada a historia, para descrever a agonia lenta da

realeza absoluta, na extincção gradual e des-harmonica das suas funcções vitaes.

« Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. marquez mordomo-mór.
 — Achava-se n'esta côrte, nas casas da academia real das sciencias, ao Poço dos Negros, hospedado, segundo me dizem, pelo abbade Correia da Serra, Mr. Broussonet, que foi medico de profissão em Paris, e depois secretario de Necker, e aquelle que se fez notar, quando, na sessão da Convenção nacional, de que era tambem deputado, continuou o discurso que o sobredicto Necker não acabou de recitar, por lhe dar no meio d'este acto um deliquio, e ainda mais conhecido, por ser um d'aquelles sanguinarios do partido de Robespierre na Convenção. Pela morte que este assassino soffreu, fugiu aquelle, e aqui foi acolhido e introduzido ao duque de Lafões na qualidade de agricultor, e hospedado nas casas da academia real das

sciencias, d'onde frequenta as casas do sobredito duque, e do abbade Correia, que é amigo muito particular do ministro e consul da America do Norte, e dos mais jacobinos, que aqui se acham, e de que tenho dado parte a v. ex.^a, é reputado por pedreiro livre. Dizem-me que um dos commissarios do exercito francez, no Roussillon, é irmão do sobredito Broussonet, e que este foi mandado sair de bordo de uma embarcação em que vinha, fóra da barra, embarcação vinda do Mediterraneo, para um barco de pesca, por ordem do sobredito abbade Correia. Esta noticia a tenho com alguma verosimilhança, por m'a certificarem tambem dois religiosos francezes, carmelitas descalços, que estão no convento do *Corpus-Christi*, e um negociante francez emigrado, por appellido Lourau, que móra em um dos andares das casas de Antonio Ferreira de Mesquita,

á Ribeira Nova, cuja conducta e comportamento me abonaram o duque de Couli, o fallecido conde de Challon, e o Baptista que foi correio de D. Vicente, e hoje é reposteiro; e tambem se ha-de lembrar d'elle o ex.^{mo} Luiz Pinto de Souza, quando lhe requereu o ser preso para ter meio de tirar uma certidão de preso para mandar para França, e fazer crer que não era emigrado, o qual tambem abonaram ao mesmo ex.^{mo} Luiz Pinto os sobredictos duque de Couli e conde de Chal- lon. Estas testemunhas infelizmente mascara- ram o duque de Lafões, que, estou certo, é *arrastado pelo mau homem do dicto abbade Correia*. Em materia tão séria, combinando eu estas noticias com outras, que verbal- mente tenho dicto a v. ex.^a do dicto abbade Correia com semelhantes circumstancias, me fazem julgar ser este com effeito um homem perigosissimo.

«V. ex.^a estará lembrado que eu lhe pedi licença, haverá tres ou quatro mezes, pouco mais ou menos, para mandar á sua presença um francez, para v. ex.^a lhe ouvir a parte, que elle me dava, o qual era o dicto Lou-rau, v. ex.^a m'a facilitou, e querendo eu que elle fosse, se excusou, pois queria excusar-me de ser eu quem dissesse o que elle me declarara, por envolver já então desgraçadamente o duque de Lafões com o abbade Correia da Serra. Agora, porém, obrigado d'estes novos factos, me não posso excusar de os fazer presentes a v. ex.^a, e de pedir-lhe queira ouvir no seu particular os tres francezes que nomeio, mandando-os chamar immediatamente por ordem de v. ex.^a mesmo, e dar ao que elles declararem o peso que julgar merece, e represental-o ao principe, nosso senhor, participando-me v. ex.^a o que o mesmo senhor fôr servido resolver,

pois não me avanço a dar passo algum n'este particular, sem que primeiro v. ex.^a me communique a resolução do sobredito senhor. Deus guarde a v. ex.^a, 6 de novembro de 1794.—*Diogo Ignacio de Pina Manique*».

Entre os amigos do duque de Lafões occupava lugar distincto, pelo seu talento e erudição, o abbade José Correia da Serra, «cujo nome, escreve o sr. Latino Coelho, é um dos raros, que de Portugal irradiaram n'aquelle seculo, e se fizeram notorios no mundo scientifico e litterario». Esta apreciação tão justa é corroborada pelo sr. Camillo Castello Branco, que diz: «Era com certeza o espirito mais culto e de maior alcance da academia no predicado das sciencias naturaes, e na concepção das idéas novas que então alvoroceram». Viera a Portugal depois da sua emigração, em 1786, e

novamente sahio em 1797, afim de se pôr ao abrigo das insidias e perseguições dos seus adversarios. «Repatriou-se em 1821, e foi eleito deputado em 1822. Broussonet era, como diz o sr. Simão José da Luz, um homem de transcendente talento em sciencias naturaes, ou um dos grandes sabios no tempo em que viveu.» Nunca foi politico. Acompanhava-o a protecção do governo inglez, da sociedade real das sciencias em Londres, e do ministro de Inglaterra aqui residente. Reputar Necker membro da Convenção Nacional, era uma baboseira historica, que nem merece contestação.

Continuemos:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. marquez mordomo-mór.
— Encontrei na alfandega uma caixa com livros perigosos e incendiarios do abbade Reynald, de Brissot, de Voltaire, e Pucelle de Orléans, e outros livros perigosos em se

disseminarem, vindo entre elles alguns dirigidos para o duque de Lafões, com este titulo por sobrescripto impresso em alguns jogos de volumes, e outros para o cavalheiro Lebzelter. Eu com todo o disfarce e cautella fiz abrir o dicto caixão em particular na alfandega, por um feitor e dois escrivães, e encontrei infelizmente envolvido o nome e titulos das duas personagens entre papeis incendiarios, e taes que mereciam ser alli na praça do Rocio queimados pela mão do algoz. Parece que seria prudente, que sua alteza mandasse ir para uma das secretarias de Estado a mesma caixa de livros fechada, e lá lhe mandasse dar o consumo que fosse servido; ainda que parecia util que lá mesmo se perguntasse ao abbade Correia, quem é que lhe fazia estas encomendas, que talvez se tenham espalhado pela mesma via em Lisboa, alguns dos refe-

ridos papeis para se desmascarar o commissario. V. ex.^a queira dar parte a sua alteza real do referido, e o mesmo senhor resolverá o que lhe parecer mais justo e acertado. Deus guarde a v. ex.^a — Lisboa, em 27 de novembro de 1794. — *Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Nem os poetas escapavam ás garras do intendente.

Ill.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. bispo inquisidor geral. — Constando-me que n'esta côrte e reino giravam alguns papeis impios e sediciosos, mandei averiguar quem seriam os auctores d'elles, e encontrei que de uma parte dos mesmos era o seu auctor Manuel Maria de Barbosa du Bocage, o qual vivia em casa de um cadete do regimento da primeira armada, André da Ponte, que é natural da ilha Terceira: mandei proceder contra um e outro, e á apprehensão nos seus papeis, e não

se achando o sobredito Manual Maria, se encontrou sómente o André da Ponte, que foi preso, e apprehendidos os papeis, entre os quaes se achou um infame, impio, e sedicioso, que se intitula *Verdades duras*, e principia :

Pavorosa illusão da eternidade,

e acaba por:

Opprimir seus eguaes com o ferreo jugo,

como consta do auto da achada, que acompanha a conta que me deu o juiz do crime do bairro de Andaluz, a quem eu havia encarregado esta diligencia. Do mesmo auto verá v. ex.^a os mais papeis e livros, impios e sediciosos, que se apprehenderam ao dicto André da Ponte, os quaes remetto

inclusos com a devassa a que mandei proceder para averiguação da verdade, e as perguntas que se fizeram aos dictos Manuel Maria de Barbosa du Bocage, que, passados alguns dias, tambem foi preso a bordo de uma embarcação em que hoje ia fugido no comboio para a Bahia, e André da Ponte do Quental da Camara. Remetto tambem a declaração que me fez da cadeia o dicto Manuel Maria de Barbosa du Bocage, para que esse santo tribunal lhe dê o peso que merecer. V. ex.^a me insinuará o mais que quer que eu faça sobre estes dois réos, os quaes conservo na prisão, esperando a restituição d'estes papeis, logo que forem examinados por esse santo tribunal pela parte que lhe toca. Deus guarde a v. ex.^a, Lisboa, em 7 de novembro de 1797. — *Diogo Ignacio de Pina Manique*».

«Manique, como diz o auctor da *Historia*

de el-rei D. João VI, perseguia a cada instante os nacionaes e estrangeiros, sobretudo os francezes, e quasi sempre sem motivo algum rasoavel; inundou Lisboa de espiões, animando os mais vis delatores; e fabricou conspirações, cuja falsidade era de todos conhecida. . . . » A prisão de Bocage explica-se com facilidade, pelo odio que devia merecer ao intendente, uma intelligencia tão elevada e um character tão nobre — «a quem sempre ouvimos com a maior admiração, escreve José Liberato Freire de Carvalho, os extraordinarios improvisos do seu estro sublime.» E outra razão ha para mostrar a infelicidade de Bocage, e achal-a-hemos nas *Memorias da Vida* do escriptor citado. «Comecei logo a observar, diz José Liberato, e as observações que tive por mais vezes de fazer na minha vida foram, que para ser alguma coisa importante no mundo, muito

serve o ser ignorante e tolo, e especialmente adulator servil, e baixo, e sempre adorador do poder dominante, quer seja, como vulgarmente se diz, moiro ou christão.» Parece que o venerando liberal estava debuxando a sociedade contemporanea.

Vejamos mais:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. marquez, mordomo mór.
— Em execução das reaes ordens do principe nosso senhor, passo ás mãos de v. ex.^a os summarios, perguntas e mais appensos a que mandei proceder pelos corregedores dos bairros dos Romulares e Rua Nova, e juizes do crime da Ribeira, Castello e Andaluz, que prenderem os réos Francisco Ignacio Cid de Mello e Castro, que estava nomeado governador para o Ceará; o padre Lucas de Campos, que foi religioso dominicano; Simão Gomes, cirurgião de embarque; e o bacharel Antonio José Ferreira da Nobrega,

por andarem em *clubs com outros pela praça do Commercio*, onde se juntavam todas as tardes, pelos cafés, boticas e algumas lojas de mercadores, *espalhando vozes impias e sediciosas*, aproveitando os procedimentos dos francezes, e o governo republicano, preferindo liberdades temerarias, e malquistando com improperios os ministros e secretarios de Estado, segundo a informação que se me deu, e agora se prova pelos summarios a que procederam os dictos ministros, e da informação que cada um d'elles me dá, e que passo, como digo, ás mãos de v. ex.^a, juntamente com os summarios. D'elles verá v. ex.^a especificadamente o que d'elles e das perguntas consta, contra cada um dos dictos réos, *pois que no principio é preciso atalhar, que se disseminem nos vassallos de sua magestade estas impias e sediciosas conversações...*»

Este procedimento iniquo e revoltante do

intendente, excitava ainda mais a natural curiosidade que todos sentiam, de saber noticias da revolução em França. «É de saber, escreve Freire de Carvalho, que então era o tempo da maior effervescencia da revolução franceza, e que tudo o que alli se passava era do maior interesse para o mundo, particularmente d'aquella parte que se interessava pela liberdade, e pela emancipação futura do genero humano.»

Mostrar, pois, a menor tendencia para as idéas de transformação social, que iam surdamente avassallando os homens illustrados, era um crime, que se punia com o carcere, com a deportação e com o exilio.

O mosteiro de S. Vicente era frequentado n'esta epocha, por um grande numero de pessoas de todas as classes, e entre estas, muitas da mais elevada jerarchia, que se reuniam habitualmente no quarto de um dos